

Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para as questões de 1 a 6.

Marcus Lucius

Era um comício numa praça da cidade. O prefeito exaltava, orgulhoso, a retomada do crescimento, as cores da bandeira, o hino municipal e o escambau. De repente, o chão começou a tremer. Uma enorme fenda abriu-se no chão. Todos pensaram que era a sétima trombeta do Apocalipse e se afastaram.

A guarda acalmou os ansiosos e afastou os curiosos. Os sábios da cidade reuniram-se rapidamente e aconselharam o prefeito: era necessário que um munícipe corajoso saltasse voluntariamente para o abismo e a fenda fechar-se-ia. Então, levantou-se Marcus Lucius, olhou nos olhos de todos e disse: “façam por merecer”. E simplesmente saltou para nunca mais ser visto.

Internet: <folhadabaiada.com.br> (com adaptações).

QUESTÃO 1

A estrutura e o conteúdo do texto permitem concluir que ele pertence ao gênero

- (A) fábula, já que, mesmo de modo implícito, há personagens não humanas que ensinam alguma lição.
- (B) notícia, já que o objetivo principal do texto é informar, de maneira imparcial, sobre um fato que ocorreu em algum lugar.
- (C) reportagem, haja vista a riqueza de detalhes empregados para informar o leitor sobre uma sequência de fatos que levaram até o acontecimento principal.
- (D) artigo de opinião, porquanto a opinião do autor manifesta-se de maneira explícita, e é o ponto principal da narrativa.
- (E) conto, vez que o conto é uma narrativa normalmente curta, a qual é mais ficcional do que a crônica e é focada em um único conflito principal.

QUESTÃO 2

Em “O prefeito exaltava, orgulhoso, a retomada do crescimento”, o termo “orgulhoso” funciona como

- (A) adjunto adnominal.
- (B) predicativo do sujeito.
- (C) predicativo do objeto direto.
- (D) aposto.
- (E) sujeito.

QUESTÃO 3

O acréscimo da palavra “jamais” após a palavra “fenda” no trecho “a fenda fechar-se-ia” teria como resultado a

- (A) antecipação do pronome “se” ao verbo.
- (B) manutenção da estrutura como está.
- (C) posposição do pronome “se” ao verbo.
- (D) incorreção gramatical da estrutura.
- (E) manutenção da correção gramatical, mas o prejuízo ao sentido original.

QUESTÃO 4

Na frase “Todos pensaram que era a sétima trombeta do Apocalipse e se afastaram”, a palavra “que” introduz

- (A) uma característica de um núcleo substantivo por ela retomado.
- (B) um complemento de um nome por ela retomado.
- (C) uma circunstância de tempo ligada a um verbo.
- (D) um complemento oracional de um verbo.
- (E) um sujeito oracional posposto ao verbo.

QUESTÃO 5

A oração “que um munícipe corajoso saltasse voluntariamente para o abismo” funciona sintaticamente como

- (A) predicativo do sujeito, pois, em estruturas do tipo verbo ser + adjetivo + oração iniciada por “que”, essa oração sempre será predicativa.
- (B) objeto direto, porque, em que pese o verbo ser de ligação, a oração que aparece depois será o seu complemento.
- (C) sujeito, pois a concordância entre sujeito e verbo é feita na terceira pessoa do singular quando o sujeito é oracional.
- (D) adjunto adnominal, porque é iniciada por pronome relativo.
- (E) adjunto adverbial, porque é informação acessória.

QUESTÃO 6

Nas frases “Os sábios da cidade reuniram-se rapidamente e aconselharam o prefeito” e “era necessário que um munícipe corajoso saltasse voluntariamente para o abismo”, as palavras “rapidamente” e “voluntariamente”

- (A) são adjuntos adverbiais que introduzem circunstância de tempo.
- (B) são adjuntos adverbiais que introduzem circunstância de intensidade.
- (C) são adjuntos adverbiais que introduzem circunstância de gradação.
- (D) são adjuntos adverbiais que introduzem circunstância de negação.
- (E) são adjuntos adverbiais que introduzem circunstância de modo.

QUESTÃO 7

Considerando a proposição “Se Igor usa barba, então Ulisses usa óculos”, assinale a opção que apresenta a negação dessa proposição.

- (A) Igor usa barba, e Ulisses não usa óculos.
- (B) Se Igor usa barba, então Ulisses não usa óculos.
- (C) Igor não usa barba, ou Ulisses usa óculos.
- (D) Igor não usa barba, e Ulisses usa óculos.
- (E) Se Ulisses não usa óculos, então Igor não usa barba.

QUESTÃO 8

Magali realizou 5 saltos ornamentais. As notas (de 0 a 10) de 4 deles foram: 7,5; 8,3; 9,4; e 8,8. Já a média final, calculada pela média aritmética simples das 5 notas, resultou em 8,4.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção que apresenta a nota faltante.

- (A) 7,9
- (B) 8,0
- (C) 8,1
- (D) 8,2
- (E) 8,4

QUESTÃO 9

Paula comprou uma nota adesiva para organizar os estudos, com área de 1.900 mm² e largura 12 mm maior do que a altura.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção que apresenta a altura dessa nota adesiva.

- (A) 25 mm
- (B) 30 mm
- (C) 38 mm
- (D) 40 mm
- (E) 46 mm

QUESTÃO 10

Gael comprou um saquinho com jujubas vermelhas, laranjas, amarelas, verdes e roxas, com 8 de cada cor. Ele tirava e comia as jujubas uma a uma de forma aleatória, sem reposição.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção que apresenta o número máximo de jujubas que ele precisa comer para garantir que terminou todas as jujubas de uma mesma cor.

- (A) 31
- (B) 33
- (C) 34
- (D) 35
- (E) 36

QUESTÃO 11

Um dado honesto de 4 lados, com faces 1, 2, 3 e 4, será lançado 2 vezes consecutivas.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção que apresenta a probabilidade de a soma dos resultados ser, pelo menos, 6.

- (A) $\frac{1}{4}$
- (B) $\frac{3}{8}$
- (C) $\frac{5}{16}$
- (D) $\frac{1}{2}$
- (E) $\frac{9}{16}$

QUESTÃO 12

Em uma loja virtual, um *notebook* recebeu três descontos sucessivos: primeiro 15%; depois 20%; e, por fim, 25%.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção que apresenta o desconto único equivalente aplicado de uma só vez.

- (A) 40%
- (B) 45%
- (C) 48%
- (D) 49%
- (E) 51%

RASCUNHO

QUESTÃO 13

Em meio à urgência em reduzir as emissões de gases de efeito estufa, a Caatinga, bioma exclusivamente brasileiro, surge como alternativa promissora. Pesquisa do Observatório do Carbono, da Água e da Energia na Caatinga, vinculado ao Instituto Nacional do Semiárido (Insa), revela que essa floresta seca armazena cerca de 12 bilhões de toneladas de carbono e pode capturar quase 3 bilhões por ano. Com vegetação resistente à estiagem e alta capacidade de regeneração no período chuvoso, a Caatinga entra rapidamente em um ciclo de crescimento acelerado, com potencial de sequestrar CO₂ em níveis superiores aos da Amazônia. A cada 100 toneladas de carbono absorvidas pela Caatinga, até 58% permanecem retidos no solo ou na vegetação. Na Amazônia, embora a absorção total seja maior, devido à sua vasta extensão, o porcentual retido varia de 2% a 12%.

Carta Capital. ed.1387. p.16.

O sequestro de carbono é a remoção e o armazenamento de dióxido de carbono (CO₂) da atmosfera. Com base nessas informações, assinale a opção que apresenta a função do sequestro de carbono.

- (A) limpar as nascentes dos grandes rios
- (B) aumentar o uso de agrotóxicos nas plantações
- (C) eliminar os raios ultravioleta, causadores de câncer de pele
- (D) combater as mudanças climáticas e mitigar o aquecimento global
- (E) reservar áreas próprias como destino para a recepção de lixo

QUESTÃO 14

Na terça 4, mesmo dia em que transferiu provisoriamente a capital para Belém, o presidente Lula defendeu as pesquisas de exploração da Petrobras e deixou clara sua posição. “Não quero ser líder ambiental. Quero fazer o que os especialistas do meu governo, gente de minha confiança, dizem para fazer. Seria incoerente se, em um ato de irresponsabilidade, eu dissesse na COP30 que o Brasil não vai mais usar petróleo. Não sobreviveríamos sem ele, mas poucos países estão tão próximos disso quanto nós”.

Carta Capital. ed.1387. p.19.

A questão energética é objeto de discussões em um plano global, pois buscam-se alternativas mais baratas e menos poluentes ao que temos utilizado nos últimos séculos. Considerando essas informações, assinale a opção correta, a respeito das matrizes energéticas.

- (A) A energia nuclear é considerada limpa, porque não emite gases de efeito estufa.
- (B) A energia eólica é viável no Brasil, porque não há ventos intermitentes e dependência do vento.
- (C) O baixo custo inicial de instalação e a economia na conta de luz tornam a energia solar uma excelente fonte de energia.
- (D) Na instalação de uma usina hidroelétrica, não há impactos sociais, tampouco ambientais e, por isso, é a principal matriz usada no Brasil.
- (E) A energia maremotriz é viável, pois, além do custo reduzido, não gera impactos ambientais nos ecossistemas marinhos.

QUESTÃO 15

O idadismo é o preconceito, a discriminação e os estereótipos contra pessoas com base na idade, seja jovem ou avançada, embora idosos sejam frequentemente os mais afetados. As questões sobre idadismo podem abordar como ele se manifesta em diversos ambientes (como trabalho, família e escola), quais os efeitos na saúde física e mental das vítimas (solidão, tristeza) e a importância de combatê-lo por meio de leis (como o Estatuto do Idoso) e de iniciativas de integração entre gerações. Há, também, uma outra abordagem dessa problemática, que é a discriminação com relação ao jovem, em que se veem pessoas com menos idade também sofrendo preconceito em várias esferas sociais, o que merece, igualmente, uma observação empática e acolhedora. Com relação ao etarismo, assinale a opção correta.

- (A) A preocupação com relação à idade sempre foi uma preocupação no Brasil, uma vez que a alta qualidade de vida sempre foi uma característica da sociedade no País.
- (B) A pirâmide etária brasileira demonstra, na atualidade, uma discrepância com relação à realidade atual do país, pois o gráfico demonstra um aumento na taxa de natalidade, o que não é real.
- (C) A melhoria na saúde pública em nada interfere no aumento da expectativa de vida, uma vez que esse aumento é um reflexo do maior volume de informação que as pessoas têm acesso.
- (D) O etarismo manifesta-se por meio de estereótipos negativos, como achar que todo idoso é dependente ou que não tem mais capacidade de aprender.
- (E) O número de idosos tem diminuído, pois as pessoas com mais idade vêm apresentando aspecto mais jovial com o uso de cremes e terapias para o rejuvenescimento.

QUESTÃO 16



Os Estados Unidos são o país que mais consome cocaína no mundo. Foram quase 200 toneladas da droga entrando em seu território em 2020, segundo dados das Nações Unidas. O consumo do pó, claro, é um problema de saúde pública no país. Contudo, o foco da nova guerra às drogas não se dá dentro do solo norte-americano, a ideia, como sempre, é encontrar inimigos externos para tentar coibir a oferta e, por consequência, o consumo – ao menos no discurso.

Não é necessário ser especialista em tráfico de drogas para saber que essa abordagem não é eficaz. Assim como se sabe que as guerras iniciadas pelos EUA nos últimos 50 anos possuem desculpas públicas e objetivos ocultos.

Revista Forum nº 188 7/11/2025 pág.43.

Os motivos para as últimas guerras em que os EUA se envolveram são variados e geram muitas discussões e opiniões divergentes. A partir dessas informações, assinale a opção que apresenta a justificativa que os Estados Unidos usam para a entrada em conflitos.

- (A) Combate ao terrorismo: a Guerra ao Terror, iniciada após os ataques de 11 de setembro de 2001, continuou a ser uma justificativa central para operações no Equador, Colômbia e Venezuela.
- (B) Ajudar a implantar a religião protestante (maioria da população estadunidense) como oficial nos países que invade, fazendo com isso, um papel de disseminador dos princípios religiosos.
- (C) Colocação de sua indústria automotiva em todos os continentes do planeta, pois com o crescimento da China, os EUA temem que os carros fabricados por eles tenham pouca aceitação mundial.
- (D) Defesa de aliados: O apoio a aliados, como a Rússia e a China, é uma razão proeminente para o envolvimento contínuo na região e a manutenção de uma presença militar significativa.
- (E) Demonstração de força: Algumas movimentações de tropas e navios, como no Caribe ou perto da Rússia, são descritas oficialmente como operações antidrogas ou demonstrações de força, visando a dissuasão de adversários.

RASCUNHO



Nas questões que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destas; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

QUESTÃO 17

No que diz respeito às funcionalidades e às inovações de produtividade dos sistemas operacionais Windows (versões 10 e 11), é correto afirmar que

- (A) o Windows 11 introduziu o recurso Snap Layouts, que permite ao usuário dividir a tela em diferentes *layouts* predefinidos, acessível ao passar o *mouse* sobre o botão de maximizar de uma janela.
- (B) a ferramenta de pesquisa do Windows 10 e 11 é aplicada ao conteúdo armazenado localmente no disco rígido do computador e ao OneDrive, mas não integra resultados de outros serviços *online*.
- (C) a tecla de atalho  +  é utilizada para abrir o explorador de arquivos e navegar pelas pastas.
- (D) os *widgets*, no Windows 11, são pequenas aplicações gráficas que são fixadas na Área de Trabalho.
- (E) a funcionalidade Task View – Visão de Tarefas – presente nas versões Windows 10 e 11, pode ser acessada por meio das teclas de atalho  + .

QUESTÃO 18

Para monitorar as métricas de desempenho do atendimento, o analista recebe dados em uma planilha eletrônica do Microsoft Excel no Office 365. Ele precisa calcular o total de atendimentos de alta complexidade. Considerando-se a fórmula =SOMASE(A1:A5; “Alta”; B1:B5), na qual as células A1:A5 contêm os tipos de complexidade (“Baixa”, “Média”, “Alta”) e as células B1:B5 contêm o número de atendimentos. Com base nessas informações, assinale a opção que apresenta a função dessa fórmula.

- (A) A fórmula soma todas as células do intervalo B1:B5, ignorando o critério “Alta”.
- (B) A fórmula verifica o intervalo A1:A5 em busca do critério “Alta” e soma as células correspondentes do intervalo A1:A5.
- (C) A fórmula calcula a soma de todas as células do intervalo B1:B5 que são diferentes do valor “Alta”.
- (D) A fórmula soma os valores contidos no intervalo B1:B5, somente se a célula correspondente no intervalo A1:A5 satisfizer o critério de ser igual a “Alta”.
- (E) A fórmula conta quantas células em A1:A5 contêm o texto “Alta” e retorna esse número.

QUESTÃO 19

Devido à modalidade de trabalho híbrido, o assistente de atendimento participa de reuniões virtuais regularmente, utilizando o Microsoft Teams. Ao configurar uma reunião, ele precisa garantir que a comunicação seja eficiente e controlada. Com base nessa informação, assinale a opção que apresenta uma funcionalidade correta e nativa do Microsoft Teams para a realização de reuniões virtuais.

- (A) O recurso Live Captions está disponível, mas exige que o usuário tenha um plano *premium* para a visualização.
- (B) Durante a reunião, a função Levantar a Mão desabilita o microfone do participante para evitar interrupções, sendo uma regra de etiqueta digital.
- (C) A Sala de Espera – Lobby – só pode ser utilizada se a reunião tiver participantes com contas de *e-mail* de domínios diferentes.
- (D) É possível alterar o plano de fundo – *background* – durante a reunião, mas apenas utilizando imagens pré-aprovadas pela Microsoft.
- (E) O Microsoft Teams permite que o organizador utilize o recurso de Sala de Espera – Lobby –, para aprovar a entrada de convidados antes que eles ingressem na reunião principal.

QUESTÃO 20

Um assistente de atendimento estava utilizando o navegador Google Chrome para acessar o sistema de cobrança, que opera via Intranet. Ele recebeu um alerta de segurança do Firewall do Windows, informando que o navegador chrome.exe estava tentando “aceitar conexões de entrada” na rede pública e privada, e perguntou se deve permitir ou bloquear essa ação.

Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que o procedimento de segurança correto que o analista deve tomar, considerando o princípio de privilégio mínimo, é

- (A) verificar se o Antispyware está ativo e, se estiver, permitir a conexão, pois o Firewall está dando um falso positivo.
- (B) permitir a conexão, mas apenas na rede privada, pois isso é necessário para que a Intranet funcione corretamente.
- (C) bloquear a conexão, pois um navegador web (software cliente) não deve, em operação normal, precisar “aceitar conexões de entrada” para funcionar.
- (D) desinstalar o Google Chrome e utilizar o Mozilla Firefox, pois esse comportamento indica um vírus específico do Chrome.
- (E) permitir a conexão, pois o Google Chrome precisa dessa permissão para atualizar automaticamente os seus *plugins* e extensões.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

QUESTÃO 21

De acordo com Martins (2000), a essência da Administração Pública reside em seu propósito fundamental de servir à coletividade, garantindo a promoção do bem comum e o atendimento das legítimas demandas sociais. Contrasta-se, portanto, com a utilização da máquina estatal para fins de benefício particular ou de terceiros, coibindo desvios e conflitos de interesse. Em um cenário de crescente transparência e vigilância social, a sociedade contemporânea reafirma o seu imperativo categórico por uma gestão pública pautada pela ética, integridade e probidade, intensificando a cobrança por condutas que espelhem a responsabilidade inerente à função pública. Considerando essas informações, assinale a opção correta.

- (A) O patrimonialismo é a situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privados, que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública.
- (B) As regras deontológicas consistem em princípios ou em valores que norteiam a conduta do agente público, tais como a dignidade, o decoro, o zelo e a eficácia.
- (C) O papel precípua das comissões de ética é de caráter investigativo e sancionatório.
- (D) As comissões de ética têm a prerrogativa de aplicar sanções de suspensão do cargo.
- (E) Há conflito de interesses somente enquanto o agente público estiver no cargo, não havendo como configurá-lo após o exercício.

QUESTÃO 22

Os princípios acerca da atuação da Administração Pública são preceitos fundamentais da ordem constitucional e verdadeiros reitores dos comportamentos do Poder Público. À luz dessa informação, assinale a opção correta.

- (A) O princípio da legalidade significa que a Administração Pública tem a prerrogativa de realizar atos que não sejam expressamente proibidos pela lei.
- (B) O procedimento licitatório e a exigência de concurso público decorrem imediatamente do princípio da eficiência.
- (C) A vedação à prática de nepotismo decorre do princípio da moralidade, e não há necessidade de lei formal para a proibição, considerando que decorre diretamente dos princípios contidos na Constituição Federal de 1988.
- (D) A publicidade representa a condição de existência, o que é requisito para que os atos administrativos produzam efeitos.
- (E) A ilegalidade de atos administrativos deve se resolver no Poder Judiciário, já que a Administração não pode anular os seus próprios atos.

QUESTÃO 23

Os princípios da Administração Pública, como a legalidade, a imparcialidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência, consagrados no art. 37 da Constituição Federal de 1988, transcendem a esfera de meras diretrizes teóricas, desdobrando-se em uma complexa e interligada rede de normas infraconstitucionais e práticas administrativas. A correta compreensão de como esses princípios se materializam em regras e em vedações específicas é fundamental para avaliar a aderência e a integridade da gestão pública. A partir dessa informação, assinale a opção correta.

- (A) O princípio da publicidade não admite exceções, pois toda e qualquer informação produzida ou custodiada pelo Poder Público deve ser pública.
- (B) A exigência de declaração de bens e de valores dos agentes públicos no momento da posse e anualmente, por ser uma medida de controle patrimonial, é uma manifestação direta do princípio da publicidade.
- (C) A vedação à promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em publicidade oficial de atos, programas, obras, serviços e campanhas governamentais, prevista na Constituição Federal de 1988, é uma clara aplicação do princípio da eficiência.
- (D) O direito fundamental de acesso à informação, assegurado constitucionalmente e regulamentado pela Lei nº 12.527/2011, é um desdobramento direto e essencial do princípio da legalidade.
- (E) A busca pela otimização de recursos, a racionalização de procedimentos e a avaliação constante de resultados na Administração Pública decorrem do princípio da eficiência constitucional.

QUESTÃO 24

Assinale a opção que apresenta as autoridades, os órgãos ou os Poderes responsáveis por aplicar as sanções da Lei nº 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa.

- (A) o Poder Judiciário
- (B) o Ministério Público
- (C) os tribunais de contas
- (D) as comissões de ética
- (E) os conselhos de fiscalização profissional

QUESTÃO 25

Um agente público, responsável pela chefia do setor de análise de projetos em um importante órgão regulador federal, foi reconhecido por sua atuação técnica. No entanto, ele frequentemente aceitava convites para palestras e *workshops* exclusivos promovidos por grandes conglomerados empresariais do setor que o seu órgão regulava. Embora não recebesse cachê, o agente público aceitava, em algumas ocasiões, presentes de cortesia, mas que possuíam valor considerável, como passagens aéreas de classe executiva, hospedagens em hotéis de luxo e, até mesmo, presentes diretos, como ingressos para *shows*, eventos e equipamentos eletrônicos. Adicionalmente, ele costumava orientar informalmente e fora do expediente alguns representantes dessas empresas no que diz respeito à melhor forma de adequar os seus projetos às normativas e às necessidades do órgão, sem que houvesse qualquer evidência de influência direta em decisões formais de licenciamento ou favorecimento explícito em processos conduzidos por ela ou por sua equipe. A conduta, contudo, é vista por colegas como uma aproximação excessiva com o setor regulado.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- (A) A aceitação dos presentes de cortesia, ainda que de valor considerável e oriundos de empresas reguladas, não configura qualquer ilícito, uma vez que não há comprovação de contrapartida ou favorecimento explícito em processos conduzidos por sua equipe.
- (B) As orientações informais fornecidas a representantes de empresas reguladas, fora do expediente, não podem ser consideradas uma violação do princípio da impessoalidade, já que não houve ato formal ou decisão influenciada.
- (C) A aproximação excessiva com o setor regulado é uma falha de conduta que será avaliada apenas no âmbito disciplinar interno do órgão, não havendo a possibilidade de repercussão na esfera da improbidade administrativa.
- (D) Para que o recebimento de presentes configure ato de improbidade por enriquecimento ilícito, é indispensável a comprovação do dolo, ou seja, da vontade livre e consciente do agente público de auferir uma vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de seu cargo.
- (E) Caso a comissão de ética do órgão conclua pela infração ética, ela poderá aplicar ao agente público a suspensão do cargo e multas.

QUESTÃO 26

O Acordo de Leniência, introduzido pela Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), representa um pilar estratégico no combate a ilícitos contra a Administração Pública. Ao incentivar a colaboração de pessoas jurídicas envolvidas em práticas corruptas, esse instituto visa desmantelar esquemas criminosos, identificar outros infratores e obter provas cruciais, transcendendo a mera punição individual. Considerando essa informação e acerca desse instituto e de sua regulamentação pela Lei nº 12.846/2013, assinale a opção correta.

- (A) O acordo de leniência poderá ser celebrado com a pessoa jurídica que se manifestar em segundo lugar sobre o seu interesse em cooperar, desde que a sua colaboração seja mais efetiva.
- (B) A celebração do acordo de leniência isenta a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.
- (C) Os efeitos do acordo de leniência serão estendidos às pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico, contanto que firmem o acordo em conjunto, respeitadas as condições estabelecidas.
- (D) O Tribunal de Contas da União é o órgão competente para celebrar os acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo Federal.
- (E) Em caso de descumprimento do acordo de leniência, a pessoa jurídica ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de cinco anos.

QUESTÃO 27

Um cidadão teve um pedido de licença ambiental negado por uma autoridade administrativa e desejava interpor um recurso administrativo para reverter a decisão.

Com base nessa situação hipotética e na Lei nº 9.784/1999, assinale a opção correta.

- (A) O recurso administrativo sobre a negativa da licença deve ser sempre dirigido diretamente à autoridade hierarquicamente superior àquela que proferiu a decisão.
- (B) Se, na análise do recurso, puder haver gravame à situação do cidadão, este deverá ser cientificado para que formule as suas alegações antes da decisão.
- (C) O cidadão deverá realizar depósito de caução em dinheiro para que o seu recurso seja processado.
- (D) A autoridade que decide o recurso administrativo tem a prerrogativa apenas de prover ou de negar provimento, nos exatos termos da matéria recorrida.
- (E) O recurso administrativo não pode ser conhecido, pois deveria ter sido interposto por advogado regularmente inscrito na OAB da unidade federativa da sede do órgão.

QUESTÃO 28



Acerca dos prazos estabelecidos na Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação –, assinale a opção correta.

- (A) O prazo para atendimento de um pedido de informação é de 30 dias.
- (B) O prazo para recorrer da decisão de indeferimento de acesso às informações é de três dias.
- (C) O prazo máximo de restrição de acesso à informação no grau ultrassecreto é de 50 anos.
- (D) As informações pessoais relativas à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem terão o seu acesso restrito pelo prazo máximo de 25 anos.
- (E) O prazo máximo de restrição de acesso à informação no grau reservado é de cinco anos.

QUESTÃO 29



Acerca das competências dos órgãos e das autoridades do Conselho Regional de Administração do Estado de São Paulo (CRA-SP), definidas em seu regimento interno, assinale a opção que apresenta uma competência do presidente do CRA-SP.

- (A) representar legalmente o CRP-SP
- (B) aprovar a concessão de reajustes, promoções e progressões do quadro de pessoal do CRA
- (C) deliberar sobre a aquisição de bens imóveis para o patrimônio do CRA-SP
- (D) julgar os balancetes mensais do Conselho Regional de Administração a serem encaminhados para o Conselho Federal de Administração
- (E) responsabilizar-se pela guarda dos documentos e dos livros contábeis, fiscais e bancários

QUESTÃO 30



A Lei de Licitações e Contratos organizou a fase da habilitação no procedimento licitatório, para a verificação da idoneidade e da capacidade do licitante para ser contratado pela Administração Pública. Acerca das regras estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 para o registro ou para a inscrição na entidade profissional competente de licitante, em especial, no CRA, assinale a opção correta.

- (A) A exigência de inscrição no CRA é vedada pela Lei.
- (B) A exigência de inscrição no CRA é exigência de habilitação jurídica.
- (C) É obrigatória, na qualificação técnica, a exigência de inscrição no CRA em licitações para a terceirização de serviços.
- (D) É admissível, na habilitação técnica, a exigência de inscrição no CRA, desde que o objeto da licitação se refira à atividade sujeita ao referido registro, na forma legal.
- (E) A exigência de inscrição no CRA é a exigência de habilitação fiscal.

RASCUNHO



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31

Segundo Mendes & Branco (2018), interpretar a Constituição Federal de 1988 é buscar conhecer um ato normativo, uma lei. Porém, quando comparada com a interpretação típica dos outros ramos jurídicos, a interpretação constitucional se cerca de características distintas, que lhe desenham um campo único. Considerando essa informação, assinale a opção correta.

- (A) O princípio da correção funcional exige que a interpretação de qualquer preceito não deturpe o sistema de repartição de funções entre os órgãos e pessoas designados pela Constituição, corrigindo leituras desviantes da distribuição de competências.
- (B) O método hermenêutico-concretizador preconiza que a Constituição seja interpretada com os mesmos recursos interpretativos das demais leis, como a interpretação sistemática, histórica, lógica e gramatical.
- (C) O princípio da máxima efetividade postula que não se considere uma norma da Constituição fora do sistema em que se integra, evitando-se contradições entre as normas constitucionais.
- (D) No método científico-espiritual, a interpretação constitucional é considerada fundamentalmente estável e rígida, pois os valores culturais e de um povo, que compõem a Constituição, são imutáveis e fixos.
- (E) O método da tópica preconiza que a Constituição seja tratada como um sistema fechado de regras, no qual o aplicador deve buscar uma solução predefinida no próprio texto constitucional.

QUESTÃO 32

O texto constitucional consagra a tutela judicial efetiva como garantia diante da lesão ou ameaça a direito. Com base no texto da Constituição Federal de 1988, assinale a opção correta.

- (A) Por se referir à tutela efetiva, não há que se falar em proteção judicial abrangendo a mera ameaça a direito.
- (B) Embora a Constituição Federal de 1988 consagre, expressamente, o princípio do duplo grau de jurisdição no rol de direitos fundamentais, o próprio modelo jurisdicional positivado na Constituição Federal de 1988 afasta a sua possibilidade de aplicação geral.
- (C) Cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
- (D) O *habeas corpus* coletivo é admitido, pois desborda em tratamento mais isonômico na entrega da prestação jurisdicional.
- (E) Dada a sua natureza, a ação popular não admite, em hipótese alguma, condenação do autor em custas judiciais ou honorários de sucumbência.

QUESTÃO 33

De acordo com o jurista José Afonso da Silva, as normas constitucionais classificam-se em três grupos:

- I normas de eficácia plena;
- II normas de eficácia contida e;
- III normas de eficácia limitada.

Com base nessa informação, assinale a opção correta.

- (A) Normas de eficácia plena são aquelas que, desde a entrada em vigor da Constituição, produzem efeitos, bastando apenas que o legislador, primeiramente, promulgue uma lei ordinária ou complementar.
- (B) As normas de eficácia limitada não possuem qualquer efeito jurídico, até a regulamentação pela lei.
- (C) É norma de eficácia contida o direito constitucional segundo o qual é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- (D) As normas de eficácia plena ocorrem em princípios programáticos, pois estabelecem objetivos e metas a serem alcançados no futuro.
- (E) A norma de eficácia contida é aquela que depende de regulamentação futura para produzir todos os seus efeitos.

QUESTÃO 34

No que concerne aos entes subnacionais e de acordo com o texto da Constituição Federal de 1988, assinale a opção correta.

- (A) A competência material dos municípios é a residual, ou seja, possuem as competências que não são vedadas pela Constituição.
- (B) O Distrito Federal pode ser dividido em municípios.
- (C) Compete aos municípios organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de transporte coletivo.
- (D) Cada município deverá ter um tribunal de contas, com independência funcional e vinculado ao respectivo poder legislativo municipal.
- (E) O Distrito Federal não pode instituir taxas, pois não possui competências legislativas típicas de município.

QUESTÃO 35

No que concerne às competências e às prerrogativas do Poder Legislativo, bem como de seus membros, assinale a opção correta, à luz do texto da Constituição Federal de 1988.

- (A) O Congresso Nacional pode revogar decisões do Tribunal de Contas da União, quando forem a respeito do julgamento de contas de administradores públicos.
- (B) Compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, e por voto secreto, o presidente e os demais diretores do Banco Central.
- (C) O Conselho Nacional de Justiça terá dois membros, que serão cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados pela Câmara dos Deputados.
- (D) O Congresso Nacional não pode sustar atos normativos do Poder Executivo em nenhuma hipótese.
- (E) A Câmara dos Deputados julga os ministros de Estado nos crimes de responsabilidade.

QUESTÃO 36

O Estado, por meio de suas políticas fiscais e regulatórias, exerce influência determinante na vida econômica da população. No campo tributário, a arrecadação e a forma de organização de tributos impactam diretamente empresas e cidadãos. A alocação de recursos via orçamentos públicos define prioridades e investimentos. Adicionalmente, a regulação estatal molda a conduta de mercados e agentes, evidenciando o papel central do Poder Público na dinâmica econômica. Considerando essas informações e as regras constitucionais para atuação do Estado na vida econômica da Nação, assinale a opção correta.

- (A) Compete aos estados e aos municípios estabelecer normas gerais para o tratamento tributário diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte.
- (B) É inconstitucional a lei municipal que tente obrigar a substituição de sacos e de sacolas plásticos por sacos e sacolas biodegradáveis.
- (C) A exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando for necessária a relevante interesse coletivo.
- (D) A competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pela presidência da República.
- (E) As emendas a projetos de lei em relação ao orçamento anual somente podem ser aprovadas caso sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

QUESTÃO 37

A Lei nº 14.133/2021 representa uma profunda modernização no sistema de licitações e contratos administrativos do Brasil. Seu novo regime busca aprimorar a governança, a eficiência e a transparência nas contratações públicas, assim como os próprios direitos dos contratados. Com a introdução de inovações significativas e a consolidação de boas práticas, a legislação visa a otimizar a aplicação dos recursos públicos e impulsionar o desenvolvimento do país. Com base nessa informação, assinale a opção correta.

- (A) As empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias são integralmente abrangidas pela Lei nº 14.133/2021.
- (B) Admite-se o pagamento relativo a custos de aquisição e até mesmo indenização por danos eventualmente decorrentes da alteração contratual para supressão de obras, bens ou serviços, desde que sejam regularmente comprovados.
- (C) Os contratos que tenham por objeto a operação de crédito se subordinam ao regime de contratos administrativos da Lei nº 14.133/2021.
- (D) Aos contratos administrativos regidos pela Lei nº 14.133/2021 não se aplicam os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, em nenhuma hipótese.
- (E) A contratação direta é vedada pelo ordenamento jurídico, devendo haver a licitação em sua fase competitiva para qualquer contratação ou alienação da Administração Pública.

QUESTÃO 38

Assinale a opção que apresenta uma modalidade de licitação prevista na Lei nº 14.133/2021.

- (A) carta-convite
- (B) tomada de preços
- (C) concurso público para provimento de cargos
- (D) credenciamento
- (E) diálogo competitivo

QUESTÃO 39

A prefeitura de um município no interior do estado de São Paulo estava organizando uma celebração de ano novo na cidade, pois desejava promover a atividade econômica e gerar engajamento da população. Para isso, gostaria de contratar um artista do gênero musical sertanejo que era consagrado pelo público. A chefia de gabinete do prefeito, então, solicitou um parecer à sua consultoria jurídica a respeito das regras aplicáveis à referida contratação.

Considerando essa situação hipotética e o tratamento conferido pela legislação administrativa, assinale a opção correta.

- (A) Poderá ser realizada contratação direta, por meio de inexigibilidade de licitação, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (B) A contratação de artistas, ainda que consagrados, é vedada pelo ordenamento jurídico.
- (C) A melhor alternativa é a contratação feita por meio de concorrência pública, pelo critério de julgamento de técnica e preço.
- (D) A contratação deverá ser feita diretamente com o artista, não se admitindo, em hipótese alguma, contratação por meio de empresário exclusivo.
- (E) Deverá ser realizada contratação direta, por meio de dispensa de licitação.

QUESTÃO 40

Um agente público, responsável por atividades de fiscalização de trânsito, abordou um motorista que se encontrava, aparentemente, embriagado. A partir da abordagem, o motorista recusou-se a realizar o teste do bafômetro e desceu do veículo em clara postura de confronto e de ameaça ao agente público. Em legítima defesa e com estrita moderação de meios, o agente público conseguiu imobilizar o cidadão, que acabou batendo a boca no meio-fio e perdendo vários dentes, além de ter tido seu smartphone quebrado na queda.

Com base nessa situação hipotética e nas normas da legislação administrativa aplicável ao caso, assinale a opção correta.

- (A) A abordagem foi ilegal, já que o agente de trânsito, por não ser policial, não detém poder conferido pelo ordenamento jurídico para realizar fiscalizações de trânsito.
- (B) O agente de trânsito deve indenizar o motorista pelos danos estéticos sofridos, mas não pelos danos materiais.
- (C) Desde que presentes a conduta, o nexo de causalidade e o dano, o Estado responde objetivamente, podendo o agente ser responsabilizado, em ação de regresso, pelos mesmos requisitos.
- (D) O agente público responde subjetivamente no caso, ou seja, é preciso demonstrar o dolo ou a culpa dele.
- (E) Ainda que o motorista embriagado cause danos ao agente ou aos equipamentos da Administração Pública, não há possibilidade de o Estado responsabilizá-lo, exigindo as adequadas indenizações.

QUESTÃO 41

Segundo Marinela (2018), vive-se em um estado democrático de direito em que a coletividade é quem sustenta a Administração Pública, em geral, pelo pagamento de tributos, daí a necessidade de modos de controle do exercício de suas atividades, para que sempre se verifique se o objetivo maior, o “bem comum”, está sendo perseguido. A partir dessas informações e das normas a serem aplicadas conforme esse contexto, assinale a opção correta.

- (A) O Poder Judiciário não tem a prerrogativa de anular atos do Poder Executivo ou do Poder Legislativo.
- (B) A ideia de que a própria Administração pode rever os seus atos, seja quando ilegais, por meio da anulação, ou quando inconvenientes, via revogação, exprime um mecanismo de controle.
- (C) A atuação dos ministérios em relação às entidades da Administração a eles vinculadas configura controle hierárquico.
- (D) Compete, exclusivamente, à câmara municipal o julgamento das contas de prefeitos que atuem na qualidade de ordenadores de despesas.
- (E) Compete somente ao tribunal de contas de cada estado fiscalizar a aplicação de recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a um estado, ao Distrito Federal ou a um município.

QUESTÃO 42

A adequada interpretação dos negócios jurídicos é fundamental para a segurança jurídica e para assegurar a determinação da vontade das partes. Considerando essa informação e as normas do Código Civil acerca do tema, assinale a opção correta.

- (A) O comportamento das partes realizado de modo posterior à celebração do negócio jurídico é irrelevante para a sua adequada interpretação.
- (B) As partes não poderão pactuar regras de interpretação, de preenchimento de lacunas e de integração dos negócios jurídicos diversas daquelas previstas em lei.
- (C) Embora seja lugar-comum, a lei não atribui ao silêncio qualquer tipo de anuência.
- (D) O sentido literal da linguagem é mais importante do que a intenção consubstanciada nas declarações de vontade.
- (E) A interpretação do negócio jurídico deve lhe atribuir o sentido que for mais benéfico à parte que não redigiu o dispositivo, se for identificável.

QUESTÃO 43

No que diz respeito aos contratos privados, assinale a opção correta.

- (A) Considera-se eficaz toda aceitação de proposta de contrato, mesmo se antes dela ou com ela chegar ao proponente a retratação do aceitante.
- (B) Prescreve em cinco anos a pretensão relativa a aluguéis oriundos de contratos de locação de imóveis urbanos.
- (C) Em contrato de locação de imóvel urbano, morrendo o locador, resolve-se o contrato, imediatamente, pela extinção, já que não é possível transmiti-lo aos herdeiros.
- (D) Nos contratos bilaterais, a parte contratada sempre poderá exigir o implemento dos contratantes, antes de cumprida a sua obrigação.
- (E) Os contratos civis e empresariais presumem-se paritários e simétricos até a presença de elementos concretos que justifiquem o afastamento dessa presunção.

QUESTÃO 44

Segundo Gagliano (2019), à semelhança da tutela, a curatela é o instituto jurídico que tem por objetivo proteger a pessoa maior, padecente de alguma incapacidade ou de certa circunstância que impeça a sua livre e consciente manifestação de vontade, resguardando-se, com isso, também, o seu patrimônio. Acerca dessas informações e dos referidos institutos e das normas de regência, assinale a opção correta.

- (A) Os pais têm, em conjunto, o direito de nomear tutor desde que por meio de testamento público.
- (B) Na falta do cônjuge ou companheiro, é o curador legítimo o pai ou a mãe, sendo que na falta destes a atribuição compete à defensoria pública.
- (C) Somente o Ministério Pùblico pode exercer a curatela especial.
- (D) Como regra, quando o curador for o cônjuge e o regime de bens do casamento for de comunhão universal, não estará obrigado à prestação de contas.
- (E) A pessoa com deficiência não pode exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção.

QUESTÃO 45

A Emenda Constitucional nº 132/2023 pretendeu reformar amplamente o Sistema Tributário Nacional. De acordo com a exposição de motivos do projeto, o novo modelo proposto busca simplificar radicalmente o sistema tributário brasileiro, sem, no entanto, reduzir a autonomia dos estados e municípios, que manteriam o poder de gerir suas receitas. A partir dessa informação, assinale a opção que apresenta os tributos que deverão ser integralmente extintos ao final da fase de transição, conforme a referida Emenda Constitucional.

- (A) ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) e o ISSQN (imposto sobre serviços de qualquer natureza)
- (B) CBS (contribuição sobre bens e serviços) e o IBS (imposto sobre bens e serviços)
- (C) Cofins (contribuição para financiamento da seguridade social) e o IPVA (imposto sobre a propriedade de veículos automotores)
- (D) ITBI (imposto sobre transmissão de bens imóveis)
- (E) imposto de importação e o imposto de exportação

QUESTÃO 46

A respeito das contribuições devidas às entidades de fiscalização profissional, assinale a opção correta.

- (A) Por não estarem previstas constitucionalmente, não se referem a tributos.
- (B) Embora sejam tributos, do tipo contribuições, a elas não se aplica o princípio da capacidade tributária.
- (C) Compete à justiça estadual do estado onde estiver o respectivo conselho regional processar e julgar execução fiscal promovida pelos conselhos de fiscalização profissional.
- (D) Prescreve em cinco anos a ação para a cobrança das anuidades devidas aos conselhos de classe profissional, a contar da data de sua constituição.
- (E) Ajuizada a ação com a finalidade de cobrar contribuições devidas às entidades de fiscalização profissional, estas seguirão o rito ordinário em processo de conhecimento.

QUESTÃO 47

Um empregado do Conselho Regional de Administração do Estado de São Paulo (CRP-SP) utilizou a sede do Conselho para organizar jogos de azar, de modo constante, entre colaboradores, realizando apostas clandestinas do jogo do bicho, realizando a coleta das apostas no edifício sede e obtendo lucro diretamente do crime organizado. A diretoria do conselho, ao tomar ciência da situação, determinou a instauração de procedimento que investigou amplamente a situação, assegurou ampla defesa e contraditório e, ao final, culminou com a demissão do empregado público. Irresignado o empregado ajuizou reclamação trabalhista, requerendo a imediata reintegração.

Com base nessa situação hipotética e nas normas que regem a situação, assinale a opção correta.

- (A) O empregado do CRA-SP tem direito subjetivo à reintegração, já que o empregado público goza de estabilidade.
- (B) A competência para a reclamação trabalhista no caso é da justiça comum federal.
- (C) Não há nulidade por julgamento *extra petita* da decisão que eventualmente deferir salário, quando o pedido for de reintegração.
- (D) A instauração de procedimento investigatório no âmbito do CRP-SP, que assegurou a ampla defesa e o contraditório torna o tema insuscetível de análise de mérito pela justiça do trabalho.
- (E) A Consolidação das Leis Trabalhista (CLT) não autoriza a demissão por justa causa no caso de prática constante de jogos de azar.

QUESTÃO 48

A justiça gratuita é fundamental para garantir o acesso à justiça a todos, especialmente às pessoas de baixa renda. Ela promove igualdade, permitindo que indivíduos sem recursos possam reivindicar seus direitos. Esse mecanismo fortalece a democracia, assegurando que todos tenham a oportunidade de se defender legalmente, inclusive na justiça do trabalho. A partir dessa informação, assinale a opção correta.

- (A) Independentemente de pedido da parte, o magistrado trabalhista tem o poder-dever de conceder o benefício da justiça gratuita, atendidos os requisitos legais.
- (B) Não há possibilidade de execução de honorários de sucumbência no processo judicial quando o vencido for beneficiário de justiça gratuita.
- (C) Nos juizados especiais cíveis, somente beneficiários de justiça gratuita têm isenção de custas judiciais, em primeiro grau de jurisdição.
- (D) A gratuitade de justiça não compreende os emolumentos devidos a notários ou registradores em decorrência da prática ato notarial necessário à efetivação de decisão judicial.
- (E) É possível decretar a perda do benefício da gratuitade de justiça como sanção por litigância de má-fé.

QUESTÃO 49

Em relação à prescrição no âmbito da CLT, assinale a opção correta.

- (A) A pretensão quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve em dois anos para os trabalhadores urbanos e os rurais, até o limite de seis meses após a extinção do contrato de trabalho.
- (B) A pretensão quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho prescreve em cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.
- (C) A pretensão quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve em cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de um ano após a extinção do contrato de trabalho.
- (D) Não há prescrição quanto a créditos trabalhistas.
- (E) Ocorre a prescrição intercorrente no processo do trabalho no prazo de um ano.

QUESTÃO 50

Acerca do Regime de Previdência Complementar, assinale a opção correta.

- (A) O Regime de Previdência Complementar de servidores públicos oferecerá plano de benefícios somente na modalidade de benefício definido.
- (B) Os entes federativos instituirão, por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, regime de previdência complementar para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, observado o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social para o valor das aposentadorias e das pensões do regime próprio de previdência social.
- (C) O Regime de Previdência Complementar é aplicável automaticamente ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar.
- (D) Os participantes de Planos de Benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar não têm direito a participar da gestão das respectivas entidades.
- (E) A medida provisória pode regulamentar o tema da previdência complementar.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno de prova. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **folha de respostas** da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto da prova discursiva deverá ter extensão mínima de **20 linhas** e extensão máxima de **30 linhas**. Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na **folha de respostas**.
- O texto da prova discursiva deverá ter início na linha identificada com o número 1 na **folha de respostas**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- A **folha de respostas** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de respostas** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno de prova é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

A Administração tem o poder de alterar unilateralmente os contratos administrativos, desde que essa alteração seja decorrente de um fato ocorrido ou conhecido após a contratação e que seja para melhor adequação às finalidades de interesse público, na forma da Nova Lei de Licitações. No entanto, como se trata de uma cláusula exorbitante, deve ser usada com cautela e sempre acompanhada da justificativa. A Administração não deve banalizar o uso dessa prerrogativa, de modo a se eximir do seu dever de realizar um planejamento adequado da contratação.

Fonte: Jurisprudência do Tribunal de Contas da União (com adaptações).

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

Alteração unilateral de contratos administrativos

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- conceito de cláusulas exorbitantes;
- hipóteses de alteração unilateral dos contratos administrativos previstas na Lei nº 14.133/2021;
- limites para a alteração unilateral; e
- direitos dos contratados em face de alterações unilaterais.